

Apresentação

1. A ideia que fundamenta a elaboração de planos de governos municipais para a educação é a de construção de uma política educacional que se caracterize por princípios e concepções orientadores da ação e que, por sua abrangência, alcance perenidade e evite a fragmentação de ações e projetos. Uma política educacional alinhada com o projeto de Estado e Nação que foi gestado no Brasil a partir do governo Lula e vem sendo aprimorado no Governo Dilma.

Para nós uma política educacional deve contribuir, fundamentalmente, para ampliar a liberdade das pessoas, bem como o espírito de cooperação, solidariedade, respeito e a responsabilidade.

A educação é um direito assegurado na Constituição e o PT deve acima de tudo defender e cumprir a legislação educacional existente, particularmente a LDB, mas também mobilizar e organizar a população para a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), garantindo e abrindo espaços para a realização de conferências municipais para a construção do Plano Municipal de Educação (PME).

Para isto a educação conta com importantes instrumentos como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Com o apoio dos dados estatísticos disponibilizados pelo MEC/INEP podemos produzir diagnósticos e planos de investimento, estreitando as relações de cooperação entre os dois sistemas. Importante também é resgatar as experiências de diversos governos petistas tanto em São Paulo como em outros estados brasileiros para dar continuidade ou resgatar as grandes diretrizes por nós defendidas e essenciais tanto na garantia da cidadania como na redistribuição de riqueza.

2. A atuação do Governo Municipal do PT deverá ser pautar por:

Democratização do acesso e da permanência: dar acesso e garantir a permanência dos alunos nas escolas. Cabe ao nosso governo garantir que todos possam aprender cada vez mais e melhor, oferecendo aos alunos com déficit de aprendizagem, possibilidades de reforço e/ou recuperação particularmente no ensino fundamental e na educação de jovens e adultos (EJA).

Democratização da gestão da educação: reconstruir e aprofundar os processos democráticos de tomada de decisões para superar o autoritarismo ainda existente no cotidiano escolar. Fomentar a participação da comunidade nas decisões, elaborar coletivamente o Projeto Político Pedagógico das escolas e construir, envolvendo a comunidade escolar, o Plano Municipal de Educação.

Construir a qualidade social da educação: garantir o aprendizado do educando, desenvolvendo sua autonomia intelectual, criticidade e criatividade como elementos básicos a sua participação em todos os níveis da vida social.

Nossas escolas devem se pautar pelo desenvolvimento dos valores fundamentais no desenvolvimento do ser humano como a solidariedade, justiça, honestidade, autonomia, liberdade e cidadania. Nesse sentido a educação deverá combater as práticas sexistas e racistas e que promova a inclusão de todos e todas. Para isso, a valorização dos profissionais da educação é condição fundamental.

Modernização e informatização das escolas: a escola deve possibilitar aos alunos e à comunidade escolar possibilidade de entrar para a sociedade de conhecimento para que, com a apropriação das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), se preparem para desenvolverem plenamente

Diretrizes para a Política Municipal de Educação

SETORIAL DE EDUCAÇÃO

METODOLOGIA E DIRETRIZES DE PROGRAMA DE GOVERNO 5

aspirações de cidadãos do mundo nesse novo século.

É através das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) que poderemos dar acesso à informação e à participação efetiva dos cidadãos. Atualmente as TIC contribuem consideravelmente para geração e disponibilização da informação através de múltiplos meios, tais como as mídias digitais, além de facilitar a comunicação nos espaços formais de aprendizagem, como a escola. Por conta das transformações da sociedade, a escola passa a não ser mais o único lugar de aquisição de informações, pois com a propagação das informações e notícias através da rede e os processos comunicacionais, o conhecimento

vem deixando de pertencer a uma minoria para transformar-se em parte integrante da cultura mundial. Nasce as mídias digitais e espaços virtuais e com eles a possibilidade da comunicação e aprendizagem acontecerem a qualquer instante e em qualquer lugar. É nosso papel, enquanto educadores do PT, de disseminar e estimular na comunidade escolar essa nova cultura tecnológica.

Valorização dos profissionais de educação: é necessário dar atenção especial à formação inicial e continuada dos docentes ao longo de suas vidas.

Fundamental também será a recuperação salarial e as diretrizes da carreira docente. O Governo do PT deve se antecipar aos debates ora em curso e implementar a Lei Federal do Piso (e jornada) sancionada pelo presidente Lula e ainda motivo de atritos entre os governos tucanos e professores.

Breve Diagnóstico

A educação pública brasileira tem sido historicamente reprodutora dos valores de uma sociedade desigual, em que o individualismo e a competição são aprendidas e justificam a exclusão da grande maioria dos filhos dos trabalhadores do direito à educação básica e superior. Nossos índices educacionais ainda acompanham os níveis de desigualdade e exclusão dos demais campos sociais. Somente nos últimos anos conquistamos indicadores de universalização do ensino fundamental, mas perduramos com os piores índices mundiais de aproveitamento escolar e uma cobertura insuficiente na educação infantil, ensino médio e no superior. A exclusão, reprovação e a evasão, fenômenos quase exclusivos do Brasil e particularmente das classes populares, são naturalizados na sociedade e no meio educacional. A maioria dos municípios paulistas não foge a esse quadro. Os dados estatísticos, do Estado de São Paulo, apontam que: a escolaridade é baixa entre

6 METODOLOGIA E DIRETRIZES DE PROGRAMA DE GOVERNO

os jovens e adultos; a distorção idade-série continua sendo um problema; o número de analfabetos é alto, mais de 2 milhões de pessoas. Segundo dados

do Indicador de Analfabetismo Funcional (INAF) só 40% dos jovens metropolitanos brasileiros atingem nível de alfabetismo, enquanto 38% atingem apenas o nível básico e 19% não superam o nível rudimentar de leitura. O atendimento a primeira infância (0 a 6 anos) ainda está longe de atingir o determinado nos debates ocorridos durante o CONAE e presentes no PNE, principalmente na faixa etária de 0 a 3 anos: 2020 os municípios terão que atender 50% das crianças na faixa etária de 0 a 3 anos e 11 meses e 100% das crianças de 4 a 5 anos e 11 meses.

Estes dados e outros devem ser analisados quando da elaboração do Programa de Governo à luz da realidade local. Não se pode deixar de relacionar os índices educacionais com outros como de mortalidade infantil, gravidez na adolescência, violência, trabalho infantil, renda per capita, desemprego, faixas etárias da população do município, crescimento demográfico entre outras para que a política educacional de fato promova a inclusão e a emancipação. Muitas administrações petistas municipais e estaduais foram protagonistas na implementação de políticas educacionais voltadas à reversão desse quadro na busca da qualidade social da educação. A gestão democrática, a democratização do acesso e do conhecimento são eixos centrais destas administrações.

Diretrizes

3.1 - Gestão Democrática

A comunidade escolar precisa ter autonomia para construção de seu projeto pedagógico. Sucessivos governos têm falhado na sua busca pela qualidade, em parte, porque não acredita na capacidade da comunidade escolar para enfrentar esse desafio.

Os governos acham que podem impor diretrizes administrativas e um currículo que devem ser seguidos cegamente pelos educadores. Entendemos que é necessário um planejamento central e níveis de exigências comuns, mas, cada escola e sua comunidade deve buscar o percurso formativo dos professores, avaliar seus resultados e propor soluções em conjunto com os alunos e com as famílias.

A família tem que participar do processo de aprendizagem e oportunidades devem ser criadas para que a escola conheça a realidade dos seus alunos. As palavras de ordem são: fortalecer e ampliar a integração escola-comunidade. A Gestão Democrática não é apenas para ser observada pelas unidades escolares, mas, também, entre as escolas e Secretaria da Educação e entre os órgãos que elaboram e implementam as políticas educacionais. O desejável é que a gestão se faça de forma orgânica, coletiva e sistematicamente, integrando as equipes e as orientações. As equipes das secretarias devem acompanhar sistematicamente as escolas e dialogar com elas sobre as orientações e necessidades de cada unidade.

Tão importante como incentivar a existência de Conselhos de Escola é criar e respeitar os Conselhos do FUNDEB como os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (CACCS) e o Conselho Municipal de Educação do Município. Democratizar a gestão é respeitar a legislação que instituiu o FUNDEB, cumprindo os prazos para transferência dos recursos e publicizando seus gastos realizados com educação.

Criar o Sistema Municipal de Ensino, com supervisão e demais instância de controle social e elaborar o Plano Municipal de Educação com a participação de toda a sociedade também são instrumentos de democratização.

Incentivar a criação dos Fóruns Municipais de Educação a fim de coordenar as conferências de educação, monitorar a execução do Plano Nacional de Educação

e também do Plano Municipal de educação. Esses fóruns terão o caráter de contribuir na formulação, na implementação e no acompanhamento das políticas do sistema, sobretudo daquelas previstas nos planos de educação. Estimular e fortalecer a atuação nos vários conselhos que têm interface com a educação tais como CONDECA, Conselho Tutelar, Conselho da Merenda, Conselhos Regionais dos Conselhos de Escola, Grêmios ou qualquer outra forma associativa dos alunos, APMs, Orçamento Participativo da Criança - OPCriança, entre outros.

3.2 - Garantia do Acesso e Permanência

Expandir progressivamente o atendimento integral à criança e ao jovem, por meio da articulação entre a União, estados e municípios. O município precisa ter um olhar especial para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Atualmente deparamos-nos ainda com problemas de acesso tanto na Educação Infantil, principalmente creches quanto na Educação de Jovens e Adultos. Promover a alfabetização e garantir vaga na EJA visando o aumento da escolarização de jovens e adultos é necessária, possibilitando a eles uma melhor inserção no mundo do trabalho e no exercício pleno da cidadania.

METODOLOGIA E DIRETRIZES DE PROGRAMA DE GOVERNO 7

O analfabetismo merece uma atenção especial por manter homens e mulheres em situação de exclusão cada vez mais difíceis de serem superadas, na medida em que, em nossa sociedade, a especialização do conhecimento é cada vez maior e o domínio da capacidade de conhecer é cada vez mais necessária ao exercício da cidadania, à realização do trabalho e à realização plena da condição humana.

Garantir a permanência é tão ou mais difícil quanto a oferta de vagas. A política educacional deve articular-se com outras políticas sociais visando a permanência da criança, do adolescente e do jovem na escola. Convivemos com várias iniciativas para garantir essa permanência: "exibilização dos horários e currículos nas escolas de EJA, reorganização do atendimento a demanda, oferta de transporte escolar, uniforme e material escolar, Bolsa Família, bolsa para os jovens articuladas a programas de capacitação para o mundo do trabalho evitando a evasão, inclusão digital, etc.

3.3 - Qualidade Social

A Qualidade da Educação em todos os níveis e modalidades é nossa prioridade absoluta.

Os ciclos, organizados de acordo com os períodos de desenvolvimento da criança, devem constituir-se de forma a reordenar o currículo e organização (tempo e espaço) da escola para o acolhimento da criança, articulando a pré-escola com o ciclo I do Ensino Fundamental.

A avaliação, a partir do acompanhamento do processo de ensino aprendizagem, necessária para corrigir os rumos e metas do PPP – Projeto Político Pedagógico- deverá resultar da integração do trabalho dos diversos profissionais

da educação bem como de reuniões regulares com a participação de toda a comunidade escolar. A avaliação deve permitir ao órgão diretivo e as escolas, conjuntamente, perceber suas possibilidades e dificuldades tendo como foco a construção de conhecimento pelos alunos e a transformação dos espaços educacionais

em lugares de criação e recriação da cultura. As sondagens periódicas e a elaboração do portfólios devem pautar o trabalho dos professores e dos demais profissionais envolvidos com o processo de ensino aprendizagem.

O ambiente escolar, a infraestrutura e insumos disponíveis na escola são

importantes para apoiar a ação dos professores e a sociabilização dos educandos, favorecendo experiências e o desenvolvimento de novos projetos. A existência de atividades destinadas a superar as dificuldades de aprendizado, por qualquer aluno, também é importante para o fazer pedagógico. A valorização do profissional da educação, que perpassa condições de

8 METODOLOGIA E DIRETRIZES DE PROGRAMA DE GOVERNO

trabalho, jornada e até a formação inicial e continuada deverá se refletir no plano de carreira. A formação não deve ser apenas dirigida aos professores que trabalham direto na escola. Tão importante quanto a formação dos professores é a formação dos gestores e profissionais das equipes que atuam na secretaria visando aprimorar a gestão e a relação entre a secretaria e as unidades escolares.

Para o PT, a educação deve ser um instrumento de progresso social. A qualidade social da educação é resultado de um projeto pedagógico que integra cultura, esporte, música e lazer ao ensino dito formal, rompendo com uma educação fragmentada e conteudística.

Nesse sentido, o município de São Paulo deve estreitar as relações com o Governo Federal para implementar programas no contraturno das crianças, tais como os programas Mais Educação, Segundo Tempo, entre outros.

A Secretaria de Educação num Governo do PT deve formular e implementar uma política que inclua os alunos com deficiência, garantindo-lhes acessibilidade e materiais adequados. Também precisamos focar numa política de formação de professores específica para a área e ampliação do número e a localização das salas de recursos (multifuncionais).

Resgatar as experiências dos CEUs

Nossas escolas precisam estar equipadas com laboratórios de informática e salas de leitura. Prover as escolas com materiais didáticos diversificados, espaços culturais e esportivos para ampliação da ação pedagógica, ampliação da jornada do aluno, atividades extra-classes como estudos de meio e memória da constituição da cidade e dos bairros, articulação do currículo com a realidade do aluno. Uma experiência recente que precisamos resgatar é a da Implantação dos Centros Educacionais Unificados (CEUs), desenvolvidos e implementados durante o governo de Marta Suplicy no município de São Paulo.

Os Centros de Educação Unificados, considerado um dos maiores projetos de inclusão social, foram implementados nas regiões mais periféricas, mais pobres

METODOLOGIA E DIRETRIZES DE PROGRAMA DE GOVERNO 9

e com maior índice de violência da cidade de acordo com o Mapa de Exclusão Social de São Paulo, organizado pela Prof^a Aldaiza Sposati e divulgado em 1992.

A concepção que norteou a implementação dos CEUs é da educação integral, que tem como propósito a organização de uma escola que possa trabalhar integralmente

educação, cultura, esporte e lazer, favorecendo e promovendo um conjunto integrado de intervenções sócio-educacionais, visando o atendimento dos alunos da própria escola, das escolas do entorno e toda a comunidade escolar.

3.4 Financiamento

Pela Constituição de 1988 a responsabilidade e o financiamento do ensino devem ser compartilhados pelas três esferas de poder. À União cabe o Ensino Superior e aplicar 18% de suas receitas com impostos, aos estados o ensino médio e ensino fundamental – 25%, às prefeituras a Educação Infantil e o ensino fundamental – 25%.

Existe uma forte vinculação entre o financiamento público da educação e a situação socioeconômica do país, na medida em que as principais fontes de recursos são os impostos que por sua vez são afetados pelo desempenho da economia. É nesse contexto que se deve assegurar um padrão mínimo de qualidade de ensino sendo que cabe à União assegurá-lo de modo a garantir a equidade das oportunidades educacionais.

O FUNDEB é uma importante conquista, principalmente para os municípios, porque os recursos antes destinados apenas ao ensino fundamental passaram a financiar todas as etapas da educação escolar, obrigando a todas as esferas de governo a um maior esforço local e a União a um crescente aporte de complementação financeira. Os municípios, agora, além de não terem um limite para investir em educação infantil também têm as informações necessárias para pressionar o governo estadual no atendimento do ensino médio bem como compartilhar o atendimento no ensino fundamental. Para que os recursos do FUNDEB garantam a expansão de matrículas para a educação infantil e o ensino médio é necessário um maior acompanhamento e fortalecimento dos mecanismos de controle social para além dos realizados pelos órgãos oficiais como o TCE. Torna-se imprescindível a criação dos Conselhos de Acompanhamento e a criação da conta específica, previstos na lei que criou o FUNDEB.

Dentro desses parâmetros, nosso governo municipal deverá estabelecer um verdadeiro regime de colaboração entre o Estado de São Paulo e a União, apontando na direção de um Sistema Articulado de Educação.

4- Um novo caminho para a Educação Pública

É preciso resgatar a história e o conceito de escola pública não mais apenas como um local de passagem de nossas crianças e jovens – mas como espaço de formação integral de novos cidadãos e cidadãs, onde o conhecimento historicamente acumulado pela sociedade possa ser transmitido, partilhado, aprimorado, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico e cultural em nossos municípios e no país. É preciso superar as políticas que defendem o mínimo para os trabalhadores, que diminuem as responsabilidades do governo e ampliam as dos educadores.

Nosso Governo deve tomar para si a tarefa de tornar realidade o cumprimento das diretrizes e metas tanto do PNE como as constantes do PDE. Devem definir seus investimentos com vistas a atender as metas neles existentes e elaborar seu Plano Municipal de Educação, democraticamente tendo em vista o Plano Nacional de Educação que deverá ser aprovado este ano.

10 METODOLOGIA E DIRETRIZES DE PROGRAMA DE GOVERNO

Diretrizes para a Política Municipal de Cultura

SETORIAL DE CULTURA

Apresentação

O presente documento é uma contribuição para a construção, melhoria ou revisão de políticas públicas municipais na área da cultura. Tem por base o

acúmulo dos coletivos petistas ligados à Secretaria Nacional de Cultura do PT e às respectivas secretarias estaduais.

Programas e ações nesse sentido devem sempre ter como princípio a democratização da cultura- não apenas no sentido da universalização do acesso aos meios, ao lazer e ao conhecimento, mas também, e principalmente, no de envolver a população no fazer cultural da cidade.

A cultura transforma as pessoas e a própria atividade política, pois desperta a capacidade crítica e novas visões de mundo em todos os seus aspectos.

Roteiro para elaboração de políticas

Os quatro itens são: a política, o plano, os programas e projetos. A política é a intenção(por quê?). O plano é a estratégia (para quê?). Os programas são as linhas de ações (artistas, festas, cidadania, gênero, raça, museus, bibliotecas, centros culturais). Os projetos significam a ação concreta, a realização da idéia

Iremos partir de duas premissas:

a) Apoiar os artistas e todos os trabalhadores da cultura, mas pensando na inclusão e cidadania plena de todos que formam nossos municípios;

b) Valorizar a cultura local e regional, sem fazer oposição ao que “vem de fora”, pois a construção da democratização cultural depende do diálogo e da integração com as diferenças.

Política

Envolve sempre a esfera pública, mas com alianças estratégicas diversas: área privada, cooperações regionais, nacionais e internacionais, Sistema S, outras esferas de governo etc.

Plano

Objetiva construir uma estratégia de ação para melhorar a qualidade de vida de artistas, produtores e administradores culturais. Sempre focando a ação no cidadão, “alvo” principal das políticas sociais. Trabalhadores da cultura não devem esquecer que essa área, em sua diversidade enfrenta questões classistas, trabalhistas e de não regulamentação profissional. Mesmo não estando na esfera municipal, estas questões devem permear a elaboração do programa. No aspecto do aparelho estatal, o plano também deve organizar o uso de bibliotecas, museus e centros culturais, na perspectiva de elevar a formação cultural dos trabalhadores e cidadãos. Finalmente o plano deve visar a inclusão social de gênero, raça, adictos, portadores de necessidades especiais e de doenças mentais, mulheres e setores LGBT, entre outros. A cultura é feita por todos,não para todos.

METODOLOGIA E DIRETRIZES DE PROGRAMA DE GOVERNO 11

Programas

Os programas devem estar relacionados com os objetivos. Cada objetivo deve estar contido em um programa específico para a arte, um para gênero, um para raça e assim por diante.

Projetos

Cada programa deve conter os projetos que lhe viabilizem, isto é, que lhe tornam realidade. Um programa para a arte, por exemplo deve conter pelo menos três projetos: para o artista (bolsa de trabalho), para compra de material (tinta, computadores, violão, sapatilha, máscara, etc) e para circulação (valorizando circuitos além do mercado, como internet, escolas, bares, ruas etc.). Os recursos viriam de fundos públicos de cultura, parcerias diversas, de programas federais e estaduais etc.

Prioridades de Ação

Cinco grandes pontos que poderão unificar as ações municipais

I- Criação de órgãos específicos de cultura nos municípios:

A cultura se faz nas cidades. O cidadão é o foco. Mais do que no país ou estado, ele vive/atua transforma nas cidades , e estas devem atender suas demandas básicas, entre as quais, a cultura e suas interfaces

Algumas cidades já possuem uma “máquina cultural”, mas na maioria das cidades o que temos são ações desconexas espalhadas em assessorias, gabinetes de prefeito ou das secretarias de Educação, ou Esporte e Lazer, entre outras. É fundamental que, nos municípios em que o PT e aliados irão administrar, estejamos na linha de frente da proposição que garanta um órgão municipal de cultura, não necessariamente uma secretaria. Em algumas cidades, a prefeitura tem uma estrutura pequena e, nestes casos, os locais poderão optar pelas estruturas mais adequadas, com departamentos, coordenações e ou assessorias. O importante é garantir a capacidade de concepção, gestão e práticas culturais em todos os municípios brasileiros, e esta é uma tarefa partidária e social para os petistas da área cultural.

II- Garantia de no mínimo de 1% dos orçamentos públicos municipais para a cultura:

Seja qual for a estrutura adotada, nada poderá acontecer sem orçamento. A Proposta de Emenda Constitucional 150 vincula 2% do Orçamento da União, 1,5% dos Estados 1% dos municípios para a cultura. Mas este índice precisa do amparo na Lei Orgânica de cada município e ou legislações específicas. Não pode ser um compromisso informal ou político de cada governo/equipe. É preciso constar da agenda jurídica e legal da municipalidade. Este é um patamar mínimo. Algumas cidades já garantiram mais do que isso, dependendo da realidade e da correlação de forças de cada local. Também é preciso mudar o paradigma do financiamento da cultura baseado exclusivamente em leis de incentivo via renúncia fiscal.

É preciso criar programas que garantam auto-sustentabilidade da área e, ao mesmo tempo, dar ênfase ao fomento direto através de fundos municipais de cultura e editais para as mais diversas áreas, especialmente as desprezadas pela indústria e que carecem atenção estatal.

III- Controle Social da Política Municipal de Cultura:

O planejamento cultural deve ser feito com a sociedade. A primeira regra é mudar o foco da elaboração das políticas culturais, preservando e apoiando a comunidade cultural, mas não esquecendo o cidadão.

Geralmente os trabalhadores da cultura caem na tentação de acatar as pressões e demandas dos criadores culturais, sem observar que estes são o

12 METODOLOGIA E DIRETRIZES DE PROGRAMA DE GOVERNO

meio e não o fim do elo das políticas. Uma política municipal democrática de cultura deve ser formulada com e não para a cidadania local. São diversas as formas, o ideal é também garantir em lei:

Plano Municipal de Cultura: Dentro deste e para fazê-lo formação de conselhos municipais de cultura, preferencialmente paritários, ou seja com mesmo número de membros das esferas públicas e da sociedade.

Conferências municipais de cultura com delegados e representantes das diversas regiões, esferas e grupos da cidade ou fóruns de cultura. Estes podem ser formais, como entre cidadãos e governo, em uma prévia dos conselhos, antes da constituição destes; ou informais, mas representativos, nas cidades onde a correlação de forças permite os conselhos.

Audiências Públicas de Cultura: convocadas pelas comissões de educação ou cultura das câmaras municipais, pelos conselhos ou pelo executivo para assessorar os órgãos de cultura, fiscalizar e propor ações.

IV – Legislar para a Cultura

É preciso garantir legisladores culturais em todos os municípios, o que não significa eleger apenas candidatos do meio. Os legisladores culturais serão homens e mulheres vinculados ao meio cultural ou não, mas que instigados por nós irão atuar nas Câmaras a favor de propostas à legislação ordinária e extraordinária municipal, tornando-as políticas de Estado e não de governo.

V – Criação de uma Política Municipal de Patrimônio Cultural

Não é só na tradição que está “a verdadeira origem e justificativa para uma política cultural”. O conhecimento prévio da história, das tradições, símbolos, natureza, comportamento, geografia, culinária, moda artesanato e de sistemas viários são os motores de uma política cultural

Não há regra geral, pois cada município tem sua especificidade. Mas além de ter, no mínimo uma biblioteca pública por município, devemos lutar também para que cada cidade brasileira tenha um centro de memória.

Neste sentido, todos os programas municipais de cultura devem apresentar, com destaque, políticas para este setor. Cabe aos municípios se adaptarem de acordo com as especificidades.

Podem ser construídos museus ou arquivos públicos municipais, que são instituições que contêm a história local e da memória do tempo presente. Para os seus acervos, pode-se utilizar fontes variadas: arquivos pessoais e familiares; cartórios e registros civis e militares; mapas cartográficos e croquis de obras; lideranças religiosas de todas as matizes; instituições de ensino e pesquisa etc.

METODOLOGIA E DIRETRIZES DE PROGRAMA DE GOVERNO 13

Existem alternativas como fundações Pró Memória (de controle inteiramente público municipal ou de natureza mista), reunindo pesquisadores, estudantes, lideranças empresariais e comunitárias etc; e acervos públicos municipais, assessorias ou coordenadorias municipais de patrimônio cultural, Algumas cidades já têm estruturas próprias (institutos históricos e geográficos, museus ou acervos de Arte Sacra; conselhos municipais de patrimônio, legislação municipal de patrimônio), que podem ser revitalizadas e servir de bases para novas propostas.

Outras ações e programas

Integração com outros municípios, governos do Estado e Federal.

Tendo consciência que, na questão cultural, muitos municípios encontram-se na estaca zero, são importantes intervenções relativas ao desenvolvimento municipal e regional, articulando cidades pelas questões geográficas, ambientais, culturais etc. Deve-se estimular consórcios entre cidades, realização de festivais regionais, câmaras, conselhos e fóruns regionais.

Sistemas Nacional e Estaduais de Cultura

Esta é uma das principais metas do governo federal no campo da cultura.

E é também uma das tarefas centrais dos gestores culturais. Estados e municípios vêm definindo, com o MinC, uma agenda para coordenar planos e ações públicas para a cultura em todo o país.

O Sistema integrará as ações, preservando a autonomia política e administrativa dos entes federados. De acordo com os artigos 23 e 24 da Constituição

Federal, cabem a eles as competências comuns de legislar e proteger o patrimônio cultural e de “proporcionar os meios de acesso à cultura.”

A viabilização dos sistemas de cultura depende principalmente da participação da sociedade para a definição de prioridades e o controle e acompanhamento das metas programadas. Mais do que isso, por corresponderem pelo maior volume das ações e do calendário cultural do país, se deve destinar à sociedade parte substantiva dos programas culturais fomentados pelo Estado.

Cultura + Educação

Estimular e criar programas de Arte-Educação integrando as áreas/pastas de Educação e Cultura. Assim como estimular a ocupação sócio-cultural das escolas, seja nos dias de semana, com atividades de lazer, recreação e criação, seja em ações extracurriculares.

Garantir nos concursos públicos municipais vagas específicas para professores de Arte-Educação e suas expressões artísticas, e também de animadores culturais.

Foto: Joca Duarte

Foto: Joca Duarte

14 METODOLOGIA E DIRETRIZES DE PROGRAMA DE GOVERNO

Estimular a elaboração de uma política municipal de livro e leitura, apoiada

nas estruturas de educação e cultura, não limitada aos espaços formais (bibliotecas, escolas), mas também às ruas em projetos de salas populares de leitura, feiras de livro etc.

Cultura + Saúde

Estímulo a políticas na pasta da saúde de medicina preventiva, uso de ervas, nutrição alternativa, parteiras, dança, tendo o entendimento que saúde é um elemento cultural. Possibilitar que expressões culturais sejam parte de projetos gerais da saúde, tais como campanhas de vacinação, combate a endemias, médicos de família e “doutores da alegria”.

Cultura + Gênero

Observar a especificidade das questões das mulheres no planejamento cultural, percebendo não só a diferença com os homens, assim como a diversidade entre as próprias mulheres (geração, etnia, classe, orientação sexual, necessidades especiais, mulheres chefes de família ou assentadas, etc).

Cultura+ Promoção da Igualdade Racial

Formular políticas que integrem os diversos grupos étnicos e culturais das cidades; negros, brancos, indígenas, judeus, ciganos, orientais islâmicos e nipônicos etc. Integrar aos calendários culturais oficiais dos municípios, datas, personagens e símbolos religiosos e culturais dos diversos grupos.

Especificamente sobre as comunidades negra e indígena, auxiliar a implantação da lei 11.465/2008, que estabelece a inclusão no currículo oficial e ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Diversidade

As políticas municipais têm que reter a promoção da cidadania dos diversos grupos sociais: lésbicas, gays, travestis e transgêneros, mulheres, jovens, idosos, crianças, negros, judeus, islâmicos, espíritas, candomblecistas e umbandistas, entre outros.

A cultura tem sido importante no combate a toda forma de discriminação e ações que promovam o respeito e interação devem fazer parte de toda gestão petista.

Urbanismo

Toda intervenção urbana deve ter a participação e a ingerência da Cultura: Exemplos: exigência de uma obra de arte em cada novo edifício público ou privado a ser construído; a inclusão nas praças de anfiteatros, coretos, palcos etc. A Cultura também deve estar presente na formulação dos projetos de longo prazo (planos diretores, leis de zoneamento urbano e ambiental), estimulando a apropriação cultural dos diversos espaços públicos.

Profissionalização dos cidadãos e dos trabalhadores da cultura:

Criação de escolas regulares de artes (teatro, música, dança) ou, nos casos em que isso não for possível, de cursos profissionalizantes.

Realizar censo/cadastro dos profissionais de cultura, de forma a utilizar mão-de-obra especializada nos programas/projetos municipais.

Criação de linhas de crédito para compra de equipamentos que viabilizem a produção e mesmo o acesso à informação (internet, TV a cabo, livros, etc.); Programa de bolsas de trabalho e pesquisa artística. Realizar e/ou estimular junto a outras instituições cursos de formação e reciclagem para os servidores que atuam na área cultural, abertos à comunidade artística.

EIXO 1 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O PT concebe desenvolvimento local sustentável como a articulação das dimensões social, ambiental, econômico, cultural, político e ético, que garante a preservação da vida e dos recursos naturais para as gerações atuais e futuras. Isso implica na perspectiva de que os ganhos e benefícios do crescimento econômico sejam apropriados, por toda a população. Por outro lado, o desenvolvimento econômico e a inclusão social não devem acarretar o desequilíbrio ecológico ambiental e destruir os recursos naturais.

Sob esta ótica, sustentabilidade é condição estratégica para garantir o direito à cidadania e superar a pobreza, a violência e as desigualdades. O desenvolvimento da economia, com o uso de tecnologias sociais, ganha uma conotação que não traz só crescimento, mas também alavanca aquelas outras condições.

É esta a concepção do PT para o Brasil, para os Estados e para os municípios. Ela também é superação das desigualdades. Não se pode desperdiçar e esgotar recursos existentes, desconsiderando as necessidades das gerações futuras ou mesmo das atuais gerações. Nem desenvolver um setor social ou região à custa da manutenção ou ampliação da pobreza de outro.

O desenvolvimento dos municípios não é determinado apenas pelas condições locais. Ele está articulado a processos condicionantes e recursos de outras esferas mais amplas que a do município (regionais, estaduais, nacionais).

Nos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma foram criadas diversas iniciativas que fortalecem o protagonismo dos governos municipais.

O município muito pode e deve fazer para induzir o desenvolvimento local. É de sua responsabilidade dialogar com todos os setores da sociedade local e promover o diálogo entre todos os agentes econômicos, setores produtivos, segmentos sociais e os setores excluídos, e, além destes, com outras instâncias políticas e com os governos da região para encontrar as possíveis formas e instrumentos que impulsionem o desenvolvimento sustentável.

Muitas vezes, o crescimento econômico acontece, mas não diminui a pobreza, porque beneficia poucos, concentra renda e não amplia as oportunidades de trabalho e de acesso às políticas públicas e concretização de direitos. Assim, a necessidade não é apenas a de criar riquezas, mas também de distribuí-las.

A gestão petista como indutora e reguladora do desenvolvimento local

O projeto petista para induzir e regular o desenvolvimento local sustentável é um diferencial do PT em relação aos neoliberais, que subordinam as políticas sociais às ações do mercado e, em última instância, aos limites dos direitos trabalhistas. Para o PT, o Estado tem a primazia na responsabilidade com as políticas sociais e concebe os cidadãos e cidadãs como sujeitos de direitos, especialmente os setores mais vulneráveis da sociedade.

O desenvolvimento local sustentável implica também em:

- Ter acesso à educação, à saúde, à habitação, ao trabalho, ao crédito, à posse da terra, à titularidade de imóveis, aos bens públicos e a tudo o que é indispensável a uma vida de boa qualidade em uma sociedade democrática moderna. Essa perspectiva ganha ainda mais importância nos municípios com IDH mais baixo.
- Promover a economia solidária, o cooperativismo, a rede de produtores, o empreendedorismo, as microempresas e o terceiro setor.
- Identificar e explorar potenciais vocações do município, tendo em vista suas já existentes redes econômicas, suas riquezas naturais, suas vantagens competitivas e sua inserção na economia regional – fomentando, sempre, o caráter sustentável do desenvolvimento.
- Conhecer as potencialidades é imprescindível para elaborar propostas locais, articuladas às ações e programas regionais que viabilizem a produção, o escoamento e a comercialização. É fundamental adequar a proposta de desenvolvimento às necessárias determinações do Plano Diretor do município, quando este existir.
- O desenvolvimento dos instrumentos urbanísticos previstos no Plano Diretor, quanto ao zoneamento ecológico-econômico, pode ser fundamental para o crescimento e para a definição de vocações e potencialidades do município.

2. "A lógica da tecnologia social é gerar renda no local onde ela é aplicada, fazer a renda circular ali, envolver de alguma forma as pequenas iniciativas locais, o comércio, a produção. Ela dialoga com o desenvolvimento local, com a segurança alimentar, com o saneamento básico e até com as mudanças climáticas." Site MDS.

EIXO 2 – PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ E CONTROLE SOCIAL

Participação popular cidadã e controle social são conquistas obtidas a partir de demandas dos movimentos sociais e outros setores da sociedade organizados em torno da luta por direitos e melhores condições de vida. Desde as primeiras experiências de governos municipais pelo PT (em 1982) as gestões petistas são reconhecidas por implementarem canais institucionais de participação popular, criando o que se convencionou chamar “modo petista de governar”, introduzindo novas formas de relação entre governo e sociedade ao adotar a prática de diálogo com os movimentos sociais, historicamente excluídos pelos governos dos processos de tomada de decisões.

Observando a experiência de governos, mesmo diferentes em suas práticas, podemos identificar algumas condições básicas para implementar políticas de participação cidadã:

1. Existência de canais de participação, institucionalizados ou não, tais como conselhos, comitês, fóruns, orçamento participativo e planejamento participativo dos municípios, que devem ser respeitados e apoiados em suas decisões e atribuições;
2. Conselhos e comissões têm tempo de mandato definido para seus integrantes e muitos deles têm legislação própria. É preciso respeitar esses mandatos, mesmo que seja para negociar mudanças necessárias.
3. As informações necessárias devem ser explícitas, inteligíveis e estarem disponíveis durante todo o processo. A manutenção dos privilégios no acesso às informações reduz a possibilidade da participação cidadã, podendo ser provocada pelo uso de linguagem pouco compreensível, o atendimento a demandas e interesses privados ou pessoais e pela falta de democratização dos meios de comunicação (jornal, rádio, internet etc.).

4. No âmbito interno dos governos, a participação informada e qualificada de todos os seus agentes toda a equipe de governo (decisores por representação popular ou delegação, assessores, operadores de políticas, agentes públicos) garante planejamento e execução coerentes com diretrizes e mecanismos publicamente comprometidos.

5. O compartilhamento de poder entre governo e sociedade na tomada de decisões sobre os assuntos em discussão. O governo tem obrigação de explicitar seus projetos e interesses, e em casos específicos, deve defender o seu programa de governo (que tem legitimidade na representação pelo voto), pois o governo é ator central do processo participativo e não mero porta-voz dos interesses difusos na sociedade.

6. A participação popular e cidadã tem que vir acompanhada de mecanismos de controle social, ou seja, o monitoramento, pela sociedade – preferencialmente organizada e institucionalmente reconhecida –, dos processos políticos, administrativos e financeiros da gestão pública, especialmente das políticas públicas, desde sua elaboração, passando pela execução, avaliação e replanejamento. Trata-se de fortalecer, ao mesmo tempo, o papel do Estado e da sociedade.

Participação e governabilidade ampliada

Para um governo voltado para a transformação da sociedade, a participação cidadã, além de ética e politicamente justa, favorece a implementação do Programa de Governo. Isto porque reforça a correlação de forças em favor da mudança, ampliando o conjunto de sujeitos que podem garantir a governabilidade. Ou seja, assegura que todos os setores tenham domínio dos conflitos e das informações de governo e também da ação dos demais setores políticos e sociais que concorrem para a vida do município.

3. Zonamento ecológico-econômico: é a definição das vocações econômicas de áreas ou zonas, mediante estudos técnicos que levem em consideração a interação de aspectos econômicos e sociais com a capacidade de suporte do meio ambiente natural e construído, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento sustentável.

Com participação cidadã há maior possibilidade de construção da governabilidade ampliada (não restrita às negociações com os agentes tradicionais), pois contribui para formar opinião e aglutinar forças em torno de projetos do governo. Se os projetos são bons, respeitados e apoiados por diferentes sujeitos sociais, o governo tem muito mais força para negociar com o Legislativo e os demais setores sociais.

Isso é muito importante porque, numa sociedade democrática, o Executivo (governo) é apenas uma parte do poder. O Estado Democrático brasileiro é formado pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, independentes entre si. E há ainda os poderes não institucionalizados dos vários segmentos sociais: empresariado, sindicatos, movimentos de base, etc. No entanto, não existe igualdade na distribuição do poder entre estes segmentos. Historicamente os setores com maior poder econômico elegem representantes dos seus interesses nas três esferas do Poder Público, permitindo influenciar os processos de decisão e deter importante parcela de poder político.

Portanto, além de possibilitar o encontro de melhores soluções para os

problemas da população, a participação cidadã também fortalece a concretização do programa de governo e do modo petista de governar. Mesmo o Governo tendo capacidade e acúmulo técnicos e políticos para formular as políticas públicas, a elaboração terá maior legitimidade se incorporar a sociedade no processo, graças ao diálogo permanente sobre sua realidade e da visibilidade conferida aos diferentes interesses em disputa.

O PT reconhece que a sociedade tem o direito de participar ativamente assumindo suas responsabilidades na construção de uma gestão ética, democrática e eficiente. Por isso sempre investiu na ampliação dos espaços de participação cidadã, pois a sociedade se reconhece naquilo que ajudou a construir. Assim, os governos do PT devem estimular e apoiar iniciativas de organização e mobilização da sociedade civil, sempre respeitando a independência dos movimentos sociais. Pois é através do diálogo, sem temer ou escamotear os conflitos, que se disputa a hegemonia e se conquista novos adeptos ao nosso projeto político.

EIXO 3: POLÍTICAS SOCIAIS E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS

Políticas sociais são um conjunto de concepções, objetivos e ações coordenadas e contínuas de governo, realizadas em áreas específicas voltadas ao atendimento de necessidades sociais em diversos campos. Fazem parte das responsabilidades do governo e são regidas por legislações, diretrizes conceituais, normas técnico-operativas, planejamento, avaliação e provisão orçamentária.

Neste eixo englobam-se as políticas públicas de educação, saúde, assistência social, transferência e redistribuição de renda, direitos humanos, abastecimento e segurança alimentar, geração de trabalho e renda, segurança pública, cultura, lazer, esporte, políticas agrária e agropecuária, meio ambiente, inclusão digital, ações afirmativas, visando a igualdade de gênero, étnico-racial e a liberdade de orientação sexual e religiosa.

Essas políticas dizem respeito diretamente à concretização de direitos sociais e são tensionadas pelo conflito de interesses em disputa na sociedade.

Por isso, apesar dos aspectos específicos de cada política social, é preciso explicitar seus vínculos com o projeto global de sociedade e o padrão de responsabilidade e compromisso com a justiça social que o PT defende.

Os direitos se concretizam com a implementação das políticas sociais e, para tanto, esta intenção deve estar claramente definida no programa de governo e nas propostas para a gestão municipal petista.

Para o PT, as políticas sociais envolvem diferentes graus de responsabilidades a serem assumidos pelos governos e pela sociedade, sem perder de vista a primazia do Estado na condução da sua implantação. Por serem tais políticas expressão de direitos, devem ser implementadas de forma democrática e planejada, visando contribuir para o enfrentamento da exclusão e das desigualdades sociais, para que a participação popular e cidadã e o controle social se efetivem e, ainda, para impulsionar o desenvolvimento sustentável.

* Canais institucionais ou mecanismos institucionais são aqueles reconhecidos e normatizados pelos poderes públicos, por exemplo as conselhos e conferências.

* É necessário fazer a distinção entre "Estado", "governo" e "máquina pública". Estado é a expressão que denomina a forma de organização da sociedade moderna em um país; o Governo é formado pela equipe indicada por quem é eleito democraticamente a cada período; máquina pública corresponde ao conjunto de estruturas, recursos humanos e instrumentos que são mantidos com recursos públicos, administrados pelo governo e devem estar a serviço do atendimento aos interesses públicos.

Premissas comuns que devem orientar o programa de governo na área das políticas sociais:

1. Um estado local forte para realizar o planejamento e gestão das políticas
2. Construção articulada e integrada das políticas sociais
3. Igualdade com equidade

As diversas faces da heterogeneidade e da pluralidade que compõem e caracterizam a sociedade brasileira abarcam também as diferenças de gênero, raça e geracionais, de orientação sexual e de capacidades. O reconhecimento destas diferenças e dos violentos processos de discriminação, que dão suporte e aprofundam as desigualdades explícita e sustenta as diversas propostas de políticas sociais reparadoras e ações afirmativas realizadas por governos petistas.

4. Gestão democrática, eficiente e com controle social
5. Construir e ampliar uma cultura de respeito e valorização dos direitos sociais e humanos.
6. Construir políticas para as crianças e para a juventude.
7. Políticas para os idosos
8. Construir Políticas para as Pessoas com Deficiência
9. Defesa e garantia do Estado laico.
10. Cidades Educadoras
11. Cidade saudável
12. Segurança nos municípios

Por fim, nossos pré-candidatos e pré-candidatas devem firmar compromisso de consolidar em lei, direitos e políticas discutidos com a sociedade e ainda não institucionalizados. Trata-se de assegurar sua continuidade além do tempo de governo como políticas de Estado.

EIXO 4 – GESTÃO ÉTICA, DEMOCRÁTICA E EFICIENTE

O fortalecimento do Estado democrático pressupõe enfrentar o desafio de instituir um novo modelo de gestão da administração pública em seus diversos níveis.

Este modelo deve ter como principais diretrizes: ampliar a capacidade gerencial e transformar a relação entre Estado e Sociedade visando prestar serviços e promover políticas públicas eficazes para realidade do município, estado e país.

Ampliar a capacidade gerencial diz respeito à:

Garantia da dimensão estratégica no planejamento de ação governamental, para que o governo cumpra os objetivos previstos, metas e prazos. Isso deverá ser perseguido através da Institucionalização de processos de planejamento, monitoramento e avaliação da gestão comuns aos diferentes níveis da administração e articulados entre si, de modo a provocar mudança cultural no cotidiano das diversas áreas da administração pública.

Busca de eficácia das políticas implementadas – significa atingir os resultados esperados, cumprindo as diretrizes, metas e compromissos

assumidos perante o público;

Busca de eficiência nas ações e programas, o que significa fazer o máximo possível, da melhor forma possível e com o menor gasto possível de recursos e esforços individuais e coletivos;

• Matricialidade da elaboração e execução das políticas públicas, pensando a coordenação e a execução de forma integrada e articulada em planos e programas. Cada departamento ou secretaria é um órgão executor das políticas incorporadas nesse plano ou programa governamental e não seu coordenador de forma autônoma e desarticulada;

• Profissionalização dos agentes públicos e coordenação, com estabelecimento de novas formas e rotinas de trabalho; desenvolvimento, avaliação e valorização de competências para o trabalho; valorização dos que trabalham e inovam, valorização dos executores e operadores de políticas públicas.

* Institucionalização de uma política ou instância governamental significa torná-la formal, por meio de portaria, decreto ou legislação, com identificação de suas características e formas de funcionamento.

- Implantação de Ouvidoria como instrumento de controle social da gestão;
- Uso da informática e da Internet como instrumento de informação massiva, de prestação de serviços à distância e de apoio à padronização de procedimentos administrativos;
- Investir em um processo de educação continuada e no desenvolvimento de competências dos agentes públicos para o atendimento e a prestação de serviços com qualidade junto à população é ação estratégica para implementação efetiva da mudança, através da apropriação de um novo modo de pensar e agir dos agentes e gestores públicos. Assim iniciativas como a Criação de Escola de Administração Pública e da definição e execução de planos de formação continuada definidos a partir das necessidades de desenvolvimento de competências de todas as áreas e do programa de governo a ser implantado são importantes.
- Parcerias com universidades, centros de pesquisa, escolas de governo e com outros municípios para construção de metodologias e instrumentos de gestão e capacitação de agentes públicos para novos processos administrativos.

EIXO 5: DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL NOS MUNICÍPIOS E DIREITO À CIDADE

Para o PT todas as pessoas que vivem no município têm direito a um desenvolvimento urbano e rural socialmente equilibrado, ambientalmente sustentável e politicamente participativo.

Para o PT todas as pessoas que vivem na cidade têm direito a ela: direito à moradia digna e a terra urbanizada; direito ao saneamento ambiental; direito à mobilidade, transporte público e ao trânsito seguro; a inclusão social e à participação cidadã. Para o PT, todas as pessoas têm direito de viver em uma cidade que, por meio de seu governo, tenha como orientação a redução das desigualdades; a sustentabilidade financeira e sócio ambiental; o combate à discriminação de grupos sociais e étnico-raciais, como já apontamos; o combate à segregação urbana e à diversidade sócio-espacial; e comprometa com a função social da cidade e da propriedade;

Para o PT, todas as pessoas que vivem nas áreas rurais dos municípios têm direito à qualidade de vida; a uma reforma agrária que promova o desenvolvimento socioeconômico e ambientalmente sustentável; ao direito humano à alimentação, para o que o cooperativismo na agricultura familiar com o uso de tecnologias agroecológicas e a ampliação da produção de alimentos são imprescindíveis; às políticas públicas de qualidade no meio rural; a viver em assentamentos com qualidade de vida capazes de dinamizar as economias locais e regionais. Todas as pessoas que vivem nas áreas

rurais têm o direito de viver em um lugar onde haja um tratamento diferenciado no que se refere à regularização ambiental; onde se promova a autonomia econômica, social e política das mulheres e o acesso igualitário às políticas públicas, onde se desenvolva uma política para a juventude rural; onde haja planejamento do zoneamento das atividades agropecuárias no município conforme os objetivos estratégicos do desenvolvimento rural sustentável e socialmente inclusivo.

A continuidade das transformações profundas em andamento nos municípios supõe formas mais avançadas de planejamento e controle do território lidando com os limites, explorando potenciais do meio físico, econômicos, da rede de logística e transporte de maneira a que os impactos do crescimento não terminem por gerar desequilíbrios e mais desigualdade social e territorial. Supõe, também, articulação com as políticas do Ministério das Cidades, com o PAC e o programa Minha Casa Minha Vida.

Planejar o futuro da cidade a partir da participação democrática de todos os setores sociais, econômicos e políticos que a compõe, de forma a construir um compromisso entre cidadãos que torne a cidade um direito de todos, é um desafio previsto no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº. 10.257/01).

A partir dele, os municípios com mais de 20.000 habitantes devem obrigatoriamente elaborar um Plano Diretor. O Estatuto da Cidade tem instrumentos urbanísti-

• Criação de ambiente ético, de respeito e de confiança em relação aos agentes públicos, propiciando o resgate da auto-estima, reconhecendo-os como profissionais que desenvolvem um trabalho importante no resgate da cidadania plena, possibilitando o acesso à bens e serviços públicos;

• Uso intensivo e apropriado das tecnologias de informação e comunicação para implementar modelos de gestão eficientes, eficazes e democráticos com objetivo de facilitar o acesso à informação e aos serviços públicos, buscando transparência e controle social.

• Integração das políticas setoriais, com revisão (ou fortalecimento) da estrutura administrativa do governo, dos processos e métodos de gestão, buscando racionalidade administrativa, descentralização de responsabilidades e integração das políticas setoriais, subordinadas às diretrizes políticas comuns a toda a gestão. O governo executa políticas públicas por meio de diversos órgãos e secretarias. O foco dessas políticas é sempre o cidadão ou a cidadã, indivíduos que precisam ter suas necessidades atendidas de maneira articulada e integrada e não dispersa.

• Uma das formas de integrar essas políticas é organizar a estrutura do governo por meio de "Agendas de Governo" ou por "Programas" ou "Núcleos" que articulem os diversos setores da administração em torno de diretrizes e metas comuns.

• Outra iniciativa pode ser pela integração dos diferentes serviços num dado território, sob uma coordenação comum, conforme as necessidades da região, é uma das formas eficazes de integração de políticas públicas.

• Descentralização administrativa, inclusive do ponto de vista territorial, visando melhoria da qualidade de atendimento ao cidadão e à cidadã, com garantia de respeito às diretrizes comuns a toda gestão. A descentralização administrativa envolve a articulação das políticas públicas a partir da referência das especificidades territoriais, considerando a diversidade intra-urbana de cada município. A necessidade de descentralização administrativa deve ser avaliada conforme a dimensão territorial de cada município, o número total de habitantes e sua maior ou menor dispersão pelo território.

Modernização Administrativa

O objetivo básico da modernização administrativa é governar de forma eficaz e eficiente, transparente, participativa e ética, com planejamento e monitoramento dos projetos prioritários, seja no interior do governo, seja pela sociedade. Constituição de novos instrumentos de gestão, tais como:

• Cartas de Serviços e ou Cartas Compromissos que definam procedimentos de execução dos serviços específicos, com prazos explícitos de resolatividade das solicitações por serviços e cumprimento de metas etc.

• Códigos de qualidade do serviço público que possibilitem normatização de procedimentos e avaliação dos serviços pela população;

• Criação de indicadores (também de qualidade) que permitam a avaliação interna do trabalho do governo;

• Regulamentação de parcerias na execução de serviços públicos, possibilitando transparência no uso do dinheiro e controlando a qualidade da prestação de serviços;

• Implantação de Rede de Atendimento e Informação, em diferentes canais: presencial, telefônica e WEB.

• O atendimento presencial se realizará através das "Praças" e ou "Centrais" onde se concentre o atendimento direto ao munícipe. A Praça deve contar com atendentes especialmente qualificados e instrumentos informatizados integrados à retaguarda de atendimento dos vários serviços, para que o cidadão possa ter todas as suas solicitações atendidas em apenas um ponto de atendimento;

• O atendimento telefônico e portal de serviços WEB deve integrar a rede de atendimento, utilizando o mesmo padrão e indicadores de serviços e como gestão integrada;

7. A descentralização administrativa inclui a desconcentração dos serviços públicos pelo território do município e também o compartilhamento do poder decisório, de maneira planejada, mantendo-se coesas as diretrizes do governo, sem perda da unidade político-administrativa do município.

cos, tributários e jurídicos que podem garantir a efetividade do Plano Diretor.

Muitas Constituições Estaduais tornaram obrigatória a elaboração do Plano Diretor para todos os municípios.

Para o PT, não se trata apenas de uma obrigação formal. Independente do número de habitantes de cada cidade, como apontado nos eixos abordados anteriormente, o PT considera muito importante que se realize o Planejamento do Município e a elaboração de um Plano Diretor que materialize as propostas discutidas na sociedade. O processo de planejamento é uma oportunidade para que os cidadãos e cidadãs repensem as cidades, suas relações e conformação na perspectiva de que seja cumprida a função social da propriedade, que se tornem mais justas, humanas e democráticas; respeitando-se sempre a identidade e a diversidade cultural que caracteriza os municípios e as regiões.

O Plano Diretor deve conter todas as diretrizes para um modelo de desenvolvimento sustentável a ser adotado com base na universalização das políticas sociais, na democratização dos espaços territoriais e políticos e na integração do Rural na vida da cidade.

A seguir, apontamos alguns dos desafios que podem e devem orientar esse processo:

1. A integração do Rural no Plano Diretor do Município
2. Reforma Urbana e Política Habitacional
3. Saneamento
4. Transporte e Mobilidade Urbana
5. Intervenções urbanísticas voltadas à democratização do espaço urbano.

Ao tratarmos da evolução do Modo Petista de Governar e dos desafios percebidos e compartilhados pelos militantes e governantes do PT nos últimos anos, indicamos a importância das intervenções urbanísticas que ampliam as oportunidades de acesso à cidade e valorizam seus marcos identitários.

É muito importante que os pré-candidatos e pré-candidatas do PT avaliem no processo e formulação do programa a possibilidade de investimentos que valorizem as praças, parques e outros marcos, que permitam a integração das pessoas e o lazer contribuindo para multacentralidade na cidade e para maior qualidade de vida das pessoas em cada lugar.

É fundamental que a realização destas obras estejam situadas nos marcos do processo de desenvolvimento sustentável nas cidades e associadas às demais políticas no processo de Planejamento da Cidade e no âmbito do Orçamento Participativo.